



## “CARTA AOS ELEITOS”

### Comércio destaca base para gestão

#### Sondagem traz tendências de consumidores

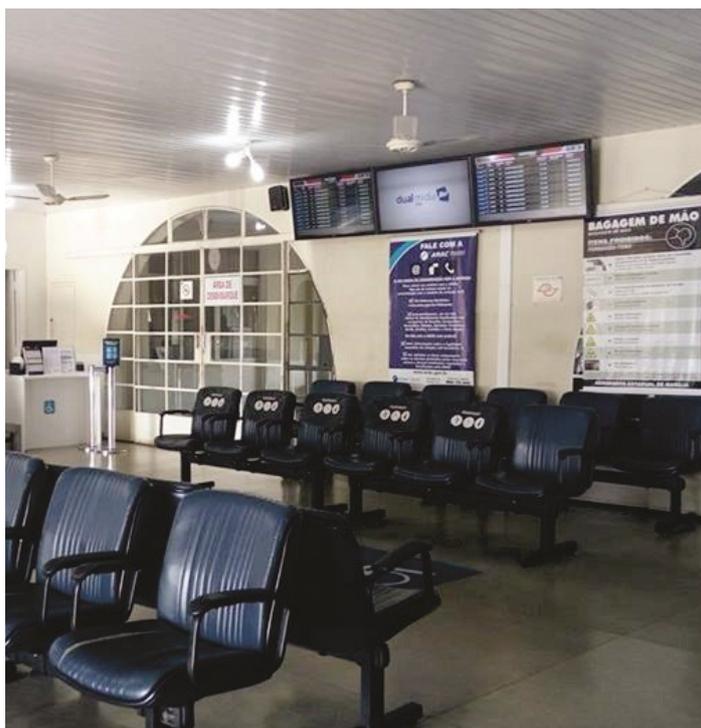
Eletrrodomésticos e eletrônicos (37%) formam o grupo de maior interesse dos consumidores. Em seguida, estão vestuário e calçados (33%) e materiais de construção (21%). **Página 6**

#### Guia ajuda a conhecer linhas de empréstimos

Um guia elaborado pela FecomercioSP reuniu em um e-book orientações e detalhes sobre as principais linhas de crédito emergencial disponíveis para empresas. **Pág 7**

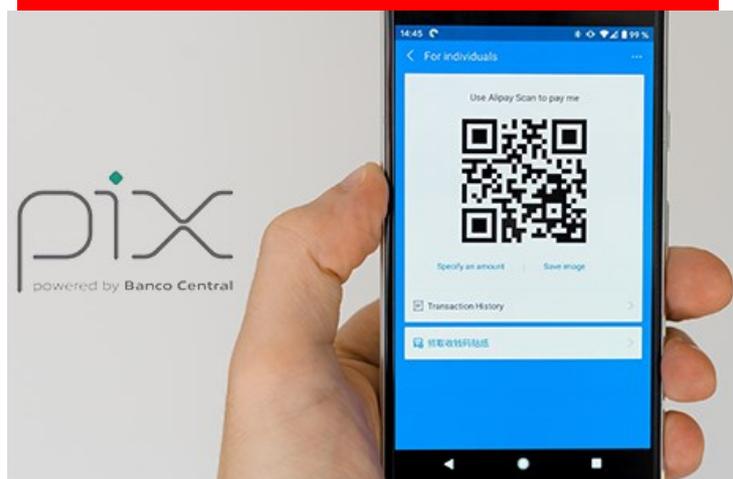
#### Opinião Esperança sem perder coerência

Embora seja uma tradição, a esperança do setor tem visão clara de um momento difícil e de muitos desafios. Poder público deve ter mesmo foco. **Pág 2**



#### Retomada: veja como Marília aparece em projetos 21-22

A divulgação de projetos para retomada da economia em 2021-2022, anunciados pelo governo do Estado une iniciativas que a crise paralisou e as primeiras informações inserem Marília em duas propostas com programas de concessões. **Página 4**



Independentemente dos resultados da eleição, o Sindicato do Comércio Varejista de Marília aponta alguns temas essenciais levantados no contato com empresários, dirigentes e consumidores. Veja o que esperamos dos eleitos e reflita como seu candidato preferido insere seus projetos de governo nas medidas. **Página 3**

#### Proposta de R\$ 1,3mi pode levar zona azul

Uma empresa de Indaiatuba foi classificada em primeiro lugar para concessão de zona azul digital, com oferta de R\$ 1.313.133,13. **Página 4**

#### Conheça alguns benefícios para utilizar o PIX

O cadastramento de chaves do PIX teve adesão de 50 milhões de pessoas. um indicativo de como o sistema será uma opção valiosa. **Página 5**

## Curtas

## Fala, presidente

### Inflação

Puxada pela alta de preços dos alimentos e dos transportes, a inflação começa a pressionar o Banco Central (BC) a elevar a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 2% ao ano (a.a.), patamar mantido na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

### Radares

Está em vigor a resolução do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) para regulamentar uso de radares no controle de velocidade em rodovias com medidas que incluem a proibição de equipamentos escondidos. Medidores de velocidade do tipo fixo não podem ser afixados em árvores, marquises, passarelas, postes de energia elétrica, ou qualquer outra obra.

### Poupatempo

O Poupatempo ampliou a oferta de serviços digitais. Agora, o cidadão já consegue ter acesso a mais de 90 opções disponíveis no portal ([www.poupatempo.sp.gov.br](http://www.poupatempo.sp.gov.br)). Entre as novidades estão mudança ou adição de categoria, CNH (primeira habilitação) e liberação de veículos.

A retomada da economia com a ampliação dos horários e redução das restrições mostra um horizonte mais aberto em meio a uma situação caótica para o setor.

Embora seja uma tradição e motivo de força para o setor, a esperança e expectativas para vendas do final de ano são claras no sentido de que não chegaremos perto do desempenho de 2019 e das projeções que haviam no início de 2020.

Ainda assim o comércio vive uma projeção de avanços e melhorias. Poderia viver momentos muito mais tranquilos se houvesse maior equilíbrio, justiça e equidade nas imposições que o governo fez o setor.

Por mais que o discurso oficial diga o contrário, o rigor imposto às empresas não mostrou resultado muito diferente do que se projetava sem tanta pressão, amedrontamento e imposições.

Aliás, a história já mostra que a Argentina, um dos países mais rigorosos nas restrições, colhe de forma trágica os custos



econômicos de suas decisões.

O que se espera é um foco do setor público no atendimento às demandas para desenvolvimento e na compreensão de que é absolutamente impossível criar novas cargas em impostos.

O país pede geração de empregos, incentivo aos empreendedores e retomada integral da economia que possa inclusive financiar melhor o Estado.

O comércio é a porta de entrada para essa recuperação. Está no consumo o caminho para incentivar empregos, fomentar as indústrias e incentivar prestadores de serviços.

O futuro traz esperança não só de economia melhor, mas de relações mais adequadas do poder público com a comunidade.

## Expediente

### SINCOMÉRCIO MARÍLIA

Av. Carlos Gomes, 427 –  
Centro – Marília/SP

Tel. (14) 3402-4444

[www.sincomerciomarilia.com.br](http://www.sincomerciomarilia.com.br)

#### Presidente:

- Pedro Pavão

#### Vice-Presidente:

- Eduardo Kiyoshi Kawakami

#### 1.º Secretário:

- Celso Olivier de Souza

#### 2.º Secretário:

- Luiz Tallero Garcia

#### 1.º Tesoureiro:

- Paulo Querino da Paixão

#### 2.º Tesoureiro:

- Vanderlei Souza Azevedo

#### Suplente:

- Flávio Felice Di Fiore

- Jorge Luiz Claviço

- Flávio Felice Di Fiore Jr

- Webber Jo Ibara

- Wilson Mattar

- Jefferson Sanches Gravena

#### Conselho Fiscal:

- Flávio Felice Di Fiore

- Jorge Luiz Claviço

- Webber Jo Ibara

#### Conselho Fiscal Suplente:

- Wilson Mattar

- Celso Olivier de Souza

- Jefferson Sanches Gravena

#### Delegado:

- Pedro Pavão

- Eduardo Kiyoshi Kawakami

#### Delegado Suplente:

- Paulo Querino da Paixão

- Vanderlei Souza Azevedo

#### Produção

Giro Marília

Jornalista responsável

- Rogério Martinez

Contatos

[imprensa.sincomercio@terra.com.br](mailto:imprensa.sincomercio@terra.com.br)

(14) 99895-9292

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS****‘Carta aos Eleitos’: Comércio pede atenção**

Na reta final da campanha eleitoral, o Sindicato do Comércio Varejista de Marília e região encaminha aos candidatos e público em geral um conjunto de ideias levantadas como prioridades em defesa da economia, empregos, livre iniciativa e empresas da cidade.

São conceitos gerais, discutidos no contato diário com os empresários, diretores e colaboradores e divulgados como nossa Carta aos Eleitos, independente de quem ganhe e dos 13 futuros vereadores.

Conheça abaixo o documento elaborado pelo Sindicato.

A eleição deste ano encontra o país em uma nova fase de grandes desafios, necessidade imperativa de modernização da máquina pública, desburocratização, incentivo e respeito a quem investe e trabalha na cidade.

Com o espírito de colaborar e solicitar de todos os candidatos a prefeito, apresentamos à Vossa Senhoria uma análise do Sindicato do Comércio Varejista de Marília e Região com as principais preocupações,



*demandas e ideias da entidade, recolhidas em contato com empresários e dirigentes do*

*Contamos com sua atenção e determinação, seja ou não eleito, para defender na cidade as demandas de um setor que envolve aproximadamente dez mil empresas e milhares de empregos.*

**1 – Transparência e seriedade**

*O setor público deve tornar cada vez mais transparentes as informações sobre gestão, arrecadação, im-*

*pacto tributário e investimentos no desenvolvimento sustentável, geração de empregos e renda na cidade*

**2 – Desburocratização**

*Informatização, equilíbrio, celeridade, bom senso e incentivos aos empreendedores são fundamentais na abertura, gestão e manutenção de empresas na cidade*

**3 – Mobilidade**

*Melhoria de acessos, modernização dos principais corredores comerciais, orientação de trânsito, aperfeiçoamento do trans-*

*porte público e ciclo faixas, acessibilidade e segurança são demandas diárias de empresas e consumidores.*

**4 – Regulamentação**

*Regras viáveis e claras, com a participação do setor, devem promover melhoria na infraestrutura urbana, legislação tributária e administrativa, relacionamento com órgãos públicos.*

**5 – Incentivo às empresas**

*Programas de compras e prestação de serviços com prioridade para empresas locais nos modelos de licitação por convite.*

*Urbanização, novos eventos e incentivo aos corredores comerciais dos bairros.*

**6 – Apoio institucional**

*Direcionamento de ações públicas, limpeza, segurança, atendimento social para tornar cada vez melhor a experiência de consumidores, especialmente em momentos de maior apelo comercial em datas como dias das Mães, dos Namorados, dos Pais, Crianças e Natal.*



**ECONOMIA 21-22**

# Projetos de retomada já envolvem Marília

## Proposta de R\$ 1,3mi deve levar zona azul

A empresa Rizzo Parking and Mobility S/A, com sede em Indaítuba foi classificada em primeiro lugar na análise de propostas de outorgas para concessão dos serviços de zona azul digital, com oferta de R\$ 1.313.133,13.

A Emdurb (Empresa Municipal de Mobilidade Urbana) abriu prazo de dez dias para eventuais recursos contra o processo.

A concorrência prevê concessão de 15 anos para exploração dos serviços com instalação de aproximadamente 3.000 pontos de estacionamento rotativo na cidade.

A empresa será responsável pela instalação dos sistemas digitais de cadastro e controle das cartelas, incluindo sistemas de fiscalização.

A zona azul deve atingir o tradicional centro comercial da cidade com expansões para a região da praça São Bento, avenida das Esmeraldas e região do fórum.



## Pedágios avançam em rodovias de Marília e região

As obras de instalação das praças de pedágio na rodovia SP-294 avançam e já provocam até intervenções no tráfego de veículos na região, como desvios no trecho entre Vera Cruz e Garça e outras cidades próximas a Panorama.

A cobrança pode ser iniciada um ano após o início do contrato, o que indica junho de 2021 como data projetada para as atividades, caso a concessionária cumpra todas as exigências de serviços.

Os pedágios serão a fonte de financiamento do contrato de concessão. A rodovia Sp-294 está inserida em lotes de 1,2 mil km de rodovias entre Piracicaba e Panorama.

Quando todas as praças estiverem em funcionamento Marília terá pelo menos dois pontos de cobrança até Bauru e também em direção a Presidente Prudente, em qualquer forma de acesso escolhida.

Em todo o trecho da SP-294 de Bauru a Panorama serão sete praças instaladas.

O programa de retomada da economia com atração de investidores anunciado pelo governo do Estado restava medidas que já estavam em andamento e foram atrasadas pela epidemia de coronavírus, como o programa de concessão de aeroportos e até a concessão federal de ferrovias, em planos que incluem Marília e região.

A concessão do aeroporto municipal está inserido em um lote para privatização com lote de nove cidades.

Projeta um investimento de R\$ 10 milhões a ser feito durante três anos na cidade. Inclui obras em pista, novo terminal e outras estruturas de segurança e atendimento.

Já os projetos de investimentos da Rumo Logística na Malha Paulista de ferrovias inclui manutenção no trecho de Marília para eventual retomada do ramal Bauru-Panorama.

Apesar de projeção de grandes obras no Estado, os casos de maior impacto não devem atingir a região nesta fase.

**PAGAMENTOS DIGITAIS****Conheça alguns benefícios para usar o PIX****Suspensão e redução ganham prazo extra**

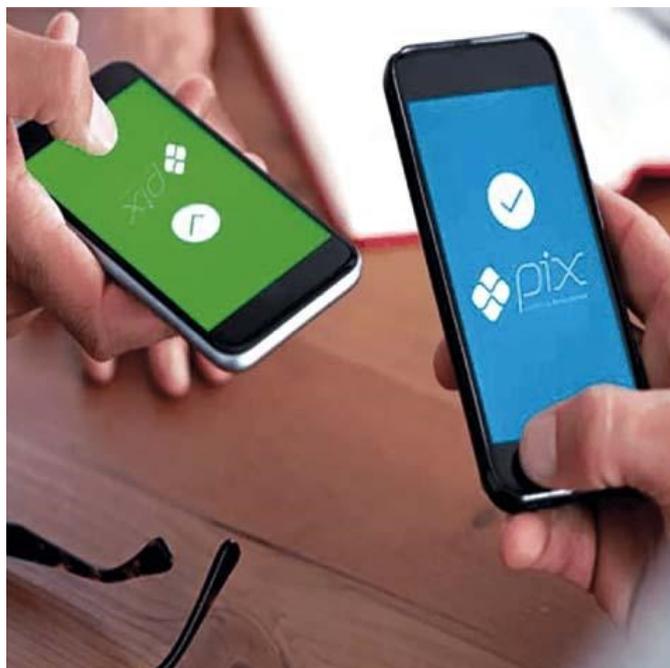
O novo decreto presidencial (10.517/20) prorrogou, até 31 de dezembro, os termos do programa emergencial de preservação de renda, emprego e atividade empresarial, que permite a empresários suspender temporariamente os contratos de trabalho e reduzir as jornadas e os salários durante a pandemia.

A flexibilização prevista no programa ainda é essencial para que as empresas tenham condições de manter os negócios sem aumentar o número de desempregados.

Os prazos máximos ficam acrescidos de 60 dias, podendo atingir o total de 240 dias, em períodos sucessivos ou intercalados.

O empregado com contrato laboral intermitente poderá utilizar o benefício com valor de R\$ 300 pelo período adicional de dois meses.

Todas as ações estão limitadas à duração do estado de calamidade pública



O cadastramento de chaves do PIX teve aderência de mais de 50 milhões de pessoas. Um grande indicativo de como o novo sistema de pagamentos instantâneos se tornará uma opção valiosa.

Conheça alguns dos benefícios e inovações do sistema,

A maior inovação do PIX será a disponibilização total dos recursos em até dez segundos, independentemente do dia e da hora.

O PIX reduzirá os custos financeiros e operacionais, com controle de recebimentos, rapidez na fila do caixa e transações mais baratas, redução da necessidade de troco e segurança por ser uma operação totalmente digital.

O empresário terá facilidade para controlar o fluxo de caixa, uma vez que os valores serão unificados em um extrato.

O PIX abrange todos os tipos de pagamento e transferências, envolvendo operações entre pessoas físicas, empresas e governo.

**Preços sobem na saída de fábricas, diz IBGE**

Os preços de produtos na saída das fábricas, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor, subiram 2,37% em setembro. O percentual é inferior ao de agosto (3,31%), mas superior ao de setembro de 2019: (0,50%).

De acordo com os dados divulgados no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador acumula inflação de 13,46% no ano e de 15,89% em 12 meses.

Em setembro, 21 das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram alta de preços, com destaque para alimentos (5,28%), indústrias extrativas (3,81%) e outros produtos químicos (2,03%).

Ao mesmo tempo, três atividades tiveram deflação (queda de preços). A maior delas foi observada no refino de petróleo e produtos de álcool (-2,83%).

A maior alta de preços foi observada nos bens de consumo semi e não duráveis.

**CONSUMIDORES****Eletrodomésticos lideram desejo de compra****Desemprego bate 14,4% na maior taxa**

A taxa de desemprego chegou a 14,4% no trimestre terminado em agosto, aumento de 1,6 ponto percentual frente ao trimestre encerrado em maio, quando registrou 12,9%.

É a maior taxa registrada na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012.

O número de desempregados alcançou 13,8 milhões, aumento de 8,5% em relação ao trimestre anterior. São cerca de 1,1 milhão de pessoas a mais à procura de emprego frente ao trimestre encerrado em maio.

De acordo com a analista da pesquisa Adriana Beringuy, o aumento na taxa de desemprego é um reflexo da flexibilização das medidas de isolamento social para controle da pandemia da covid-19, o que fez com que as pessoas voltassem a procurar por um emprego.

**Indicador de incerteza tem sexta queda seguida**

O Indicador de Incerteza da Economia, medido pela Fundação Getúlio Vargas, recuou 2 pontos de setembro para outubro. É a sexta queda consecutiva do indicador, que recuou, porém, em ritmo mais moderado. De agosto para setembro o decréscimo foi de 14,5 pontos.

Com 143,8 pontos em setembro, o indicador ainda se situa 29 pontos acima do período pré-pandemia da covid-19. Em março e abril, início do isolamento social, o índice teve fortes altas, de 52 e 43,4 pontos.

A queda de agosto para setembro foi puxada pelo componente mídia, construído a partir de notícias com menção à incerteza na imprensa, que caiu 4 pontos e chegou a 126 pontos. Já o componente expectativas, baseado nas previsões de analistas econômicos, subiu 4,3 pontos e alcançou 194,3 pontos.

“O componente de mídia recuou, mas também desacelerou no mês, refletindo cenário novamente deteriorado da pandemia no mundo e novas dúvidas quanto à evolução da pandemia no Brasil. Já o componente de expectativas, que mede a capacidade de se prever cenários para os próximos 12 meses, voltou a subir em outubro”, disse a economista da FGV Anna Carolina Gouveia.

O cenário de incertezas marcado pelo desemprego e a falta de previsibilidade da economia brasileira leva os consumidores a pensarem muito bem antes de gastar.

Essa sensação é refletida na sondagem feita pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP): 66% dos entrevistados dizem não ter planos de compras assim que a pandemia de covid-19 acabar.

Apesar disso, os outros 34% planejam fazer compras no pós-pandemia, e é nesse público que o pequeno empresário deve focar.

Na sondagem, que ouviu 400 pessoas na segunda quinzena de setembro, eletrodomésticos e eletrônicos (37%) formam o grupo de maior interesse dos consumidores. Em seguida, está o setor de vestuário e calçados (33%) e materiais de construção (21%).

O turismo é o quarto item da lista com o qual os consumidores pretendem gastar, com 21%.

**SUAS CONTAS****Guia ajuda a entender linhas de empréstimos****Contra alertas,  
Estado muda  
regras do ICMS**

A lei que possibilita o fim dos benefícios fiscais do ICMS e do IPVA deve gerar um aumento de tributos em curto espaço de tempo, uma transferência de R\$ 10 bilhões para o setor público, e elevação de preços de alimentos e bens essenciais.

A FecomercioSP, e diversas empresas se mostraram totalmente contrárias à agenda de aumento de tributos.

A medida possibilita que o governo renove e/ou reduza benefícios fiscais relacionados ao ICMS. Quanto ao IPVA, afeta sobretudo empresas de locação de veículos.

O maior problema apontado pela FecomercioSP é que o artigo que trata do ICMS contradiz a Constituição Federal em relação ao princípio da legalidade.

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal diz que "isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas".

**Fecomercio é contra veto ao  
Código do Empreendedor**

O Projeto de Lei 755/2019, que instituiria o Código de Defesa do Empreendedor, foi vetado integralmente pelo governo de São Paulo.

A FecomercioSP entende que a decisão atrasa a criação de um marco legal para o Estado com chances de contribuir para o desenvolvimento econômico e, por isso, solicitou a derrubada do veto integral em ofício enviado a deputados estaduais e membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa de São Paulo.

O projeto, aprovado na Alesp dia 15 de setembro, tem como base em um conjunto de regras focado na redução do tempo e na desburocratização do processo de abertura e encerramento das empresas; na criação de um sistema integrado de licenciamento; na simplificação tributária por intermédio de alíquotas uniformes, além da simplificação do cumprimento das obrigações tributárias acessórias.

O texto ainda previa a adoção da chamada "fiscalização orientadora", ou seja, do critério da dupla visita – quando o fiscal que identificar alguma infração vai orientar a empresa inicialmente e a multa será aplicada apenas na segunda visita.

A economia vive fase em que a permanência de um negócio no mercado não depende apenas das habilidades de gestão empresarial, é preciso que o empreendedor tenha um foco para sobreviver pelos próximos meses de crise.

Possivelmente, o maior conflito é a negociação com bancos comerciais tradicionais.

Por outro lado, o sistema de concessão de recursos emergenciais foi bastante aprimorado.

Há diversas agências de fomento e bancos disponibilizando recursos.

Alguns exemplos de linhas emergenciais disponíveis atualmente: o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ([Pronampe](#)); programas do Banco do Povo Paulista, do Desenvolve SP e do BNDES; entre outros.

Para facilitar a busca, a FecomercioSP reuniu em um e-book as principais linhas de crédito disponíveis. O [Guia de linhas de crédito emergenciais](#), você encontra um resumo.

**DÉBITOS FISCAIS****Microempresas podem fazer parcelamento****Fecomercio terá evento para orientar LGPD**

O desenvolvimento de uma cultura de privacidade, por meio da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tem total apoio da população, conforme aponta Rony Vainzof, consultor da FecomercioSP.

“Nós, como indivíduos, cobramos mais as organizações públicas e privadas do uso ético e responsável em relação aos nossos dados pessoais.”, explica Vainzof.

A LGPD traz mais segurança jurídica porque harmoniza e atualiza conceitos antes esparsos em outras normas nacionais, como o Código de Defesa do Consumidor, Marco Civil da Internet e a Lei de Cadastro Positivo.

Para entender na prática como aplicar a LGPD nas empresas, a Opice Blum Academy, em parceria com a FecomercioSP, realiza, nos dias 26 e 27 de novembro, um curso para capacitar e atualizar os profissionais.



Empresas optantes do Simples Nacional poderão parcelar os débitos devidos à União. Beneficia Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs), e Microempreendedores Individuais (MEIs).

Serão permitidos o reparcelamento de débitos federais de parcelamento em andamento ou que tenha sido anulado ou cancelado, pelo prazo máximo de 60 meses.

Exige 1ª parcela, com valor correspondente a 10% do total dos débitos consolidados ou a 20% do total dos débitos consolidados, caso haja débito com histórico de reparcelamento.

Os pedidos de parcelamento deverão ser apresentados no site [www.receita.economia.gov.br](http://www.receita.economia.gov.br).

Mas atenção, o reparcelamento não se aplica a débitos como Dívida Ativa da União (DAU); ICMS e ISS inscritos em dívida ativa; Contribuição Patronal Previdenciária; multas por descumprimento de obrigação acessória e tributos ou fatos geradores não abrangidos pelo Simples Nacional.

**Equilíbrio de contas fica para 2027, indica projeção**

As despesas com o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus adiaram as projeções para o reequilíbrio das contas públicas.

Segundo relatório divulgado pela Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, somente em 2027 o país voltará a registrar superávit primário (resultados positivos nas contas do governo sem os juros da dívida pública).

O relatório elevou, de 12,5% para 12,7% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) a previsão de déficit primário para o setor público em 2020.

Em valores, a projeção de resultado negativo subiu de R\$ 895,9 bilhões para R\$ 905,4 bilhões. A conta inclui tanto o déficit da União, quanto de estados, municípios e estaduais.